



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

G4 MUNICÍPIOS

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo  
24 e segunda-feira 25 de março de 2013

Por Maíra Ribeiro

Jornalista • mairaribeiro@correiodesergipe.com

O impasse entre professores e prefeitura de São Cristóvão está longe do fim. O magistério garante que não vai desistir de cobrar da prefeitura direitos e benefícios que foram cortados. A categoria está paralisada há quase um mês reivindicando desbloqueio de salários, pagamento do salário de dezembro, 13º e gratificações. Segundo representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe (SINTESE) municipal, em janeiro os servidores tiveram 40% do salário cortado e em fevereiro 252 dos 390 educadores voltaram a não receber. A prefeitura que vem, por sua vez, afirma que não há como atender o pedido da categoria diante das dificuldades financeiras que vem enfrentando. Sem acordo, está ao cargo da Justiça decidir quem está com a razão.

O SINTESE divulgou no dia 14, que o juiz da Comarca de São Cristóvão Manoel da Costa Neto concedeu liminar em ação impetrada pelo Ministério Público a partir das denúncias feitas pelo SINTESE e a prefeitura de São Cristóvão terá que pagar a integralidade das remunerações (incluindo as gratificações) dos professores que foram cortadas em janeiro, não mais poderá aplicar a legislação municipal que reduziu o percentual das gratificações dos educadores e só fará pagamentos que forem vinculados a créditos alimentícios até o cumprimento da decisão judicial. Caso haja descumprimento, a prefeita Rivanda Farias terá que pagar multa de cem mil reais.

O secretário de educação da prefeitura de São Cristóvão, Mário Jorge Oliveira, reafirma que não houve notificação nenhuma “A prefeitura já colocou os problemas que vem enfrentando e as dificuldades em atender aos pedidos que os professores estão fazendo. Diante dessas dificuldades, é impossível negociação dentro dos termos exigidos pelo sindicato. Agora caberá à justiça compreender todas as informações que estamos enviando e julgar. Não recebemos nenhuma notificação ainda”, esclarece.

O SINTESE, no, entanto rebate informando que quem quiser ter acesso à decisão basta entrar no site do Tribunal de Justiça de Sergipe e ler na íntegra a decisão do juiz sobre o caso. “Todas as ações impetradas pela prefeitura estão sendo favoráveis à categoria. O juiz já não aceita que a prefeitura coloque em juízo o valor dos salários dos 252 professores. Não desistiremos”, garante o diretor executivo da base municipal do SINTESE, Francisco Andrade.

#### • Greve

Segundo secretário Mário Jorge, a greve não foi comunicada. “Não recebemos nenhum comunicado oficial do sindicato informando que a categoria faria greve, nem fomos chamados para o diálogo em nenhum momento”, conta.

O representante do SINTESE, Erineto Vieira, rebate as afirmações

### SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO ESCLARECE QUE A PREFEITURA NÃO TEM CONHECIMENTO DE SUPOSTA LIMINAR EM FAVOR DOS PROFESSORES

do secretário. “Tenho em mãos o documento autenticado no dia 27 de fevereiro e com a assinatura do funcionário da prefeitura, o que o secretário disse é lamentável porque não corresponde à verdade. Essa alegação nada mais é do que estratégia para prejudicar a categoria”, rebate.

Ainda de acordo com Erineto, o diálogo estava sendo feito por meio do Ministério Público, desde que a prefeitura mostrou-se unilateral. “Nas audiências marcadas no Ministério Público, a prefeitura não mandou ninguém. Já na última audiência que ocorreu em 5 de março, o prefeito de fato, Armando Batalha, foi ao MP pedir suspensão da audiência e dizendo que não há negociação, que a prefeitura não poderia atender às nossas reivindicações. No dia 8 de março a prefeita de direito, Rivanda Batalha, baixou portaria alegando abandono de emprego por parte dos professores. Agindo totalmente de má fé e de forma intransigente.

Representantes do SINTESE municipal garantem que não vão ceder até que os salários sejam pagos e os direitos reestabelecidos. “A prefeita Rivanda Farias, através do decreto 78/2013, reduziu os salários dos educadores e a partir de lei aprovada na Câmara de Vereadores fez com que os vencimentos iniciais dos educadores retomassem aos patamares de 2010. Isso sem contar com a redução

Professores dizem que não voltam às salas de aula  
Prefeitura de São Cristóvão afirma que não tem condições de atender às reivindicações feitas

de gratificações como regência de classe, atividade técnico-pedagógica e técnico-administrativa de 25% para 1%. Um absurdo. Salário de dezembro não pagou, o de janeiro veio pela metade e o de fevereiro ninguém viu a cor", conta a professora Carla.

Os professores da rede de ensino realizaram na última segunda-feira uma via sacra que contou com o apoio de pais e estudantes. Eles caminharam pelas ruas da cidade em ato de protesto. As ruas ficaram lotadas e cartazes, estudantes com rostos pintados, pais com narizes de palhaços, levavam mensagens de repúdio à nova gestão.

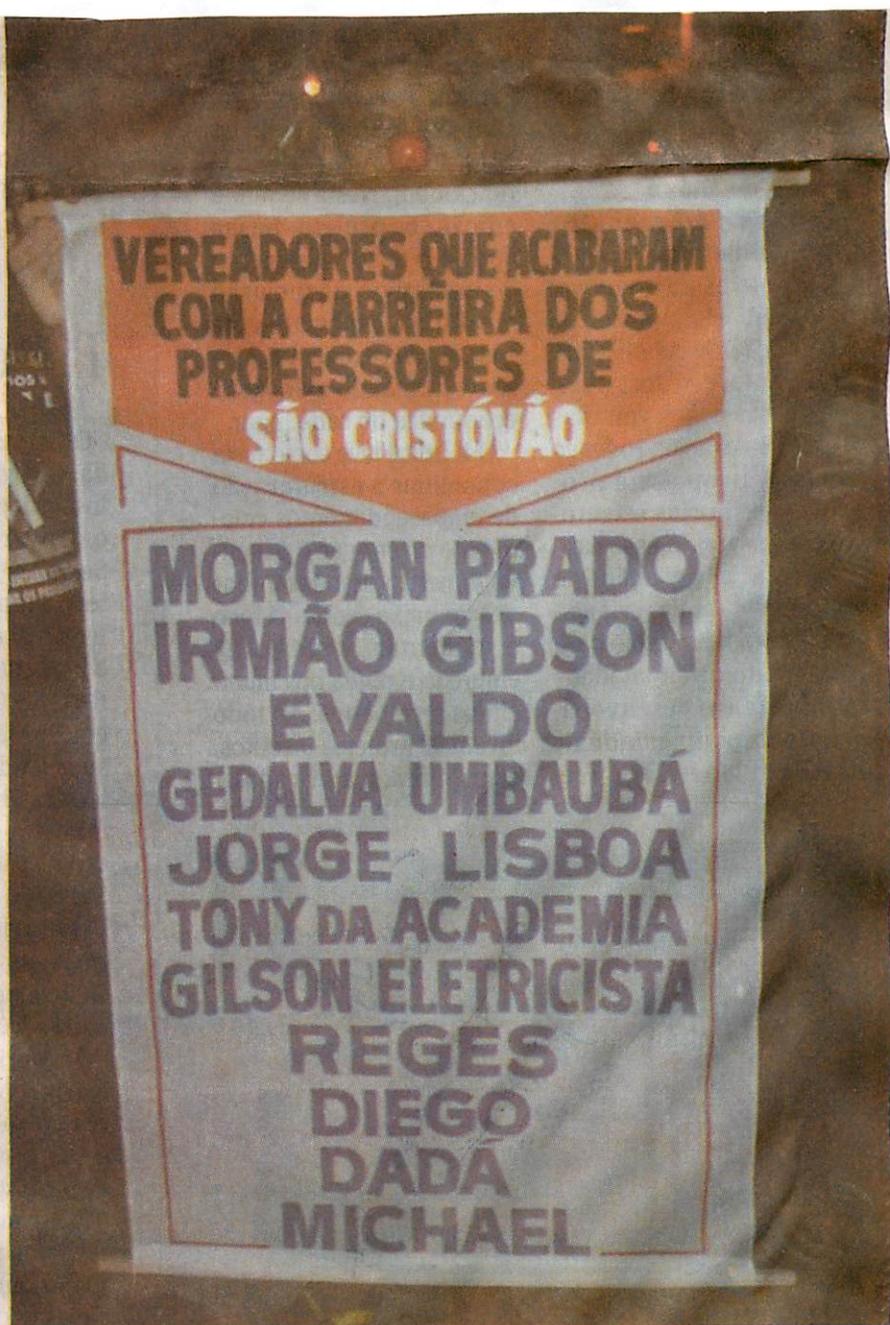
#### • Conduta dos vereadores

Na última quinta-feira, 21, fomos à Câmara de vereadores de São Cristóvão para acompanhar a sessão, visto que, na sessão anterior, os vereadores de situação garantiram em plenário que dialogariam com a prefeita. Fomos então, cobrar o resultado da conversa. Acontece que sabendo que iríamos à sessão, todos os vereadores aliados da prefeita faltaram, ficando somente os da oposição e com isso não houve quorum", conta professor Francisco.

De acordo com ele, as atitudes dos vereadores comprovam o desrespeito não somente com o magistério, mas também com todo o povo san-cristovense. "Eles têm tomado atitudes reprováveis e a população está de olho. Na próxima terça-feira, estaremos novamente na Câmara de vereadores, desta vez, acompanhados da presidenta estadual do SINTESE e da deputada Ana Lúcia, pais e estudantes. Espero que os vereadores compareçam a fim de exercer a funções para as quais o povo os elegeu", cobra Francisco

#### • Em dificuldades

Professores têm passado maus bocados pela falta de salários. "O SINTESE está dando cestas básicas por-



■ Vereadores que aprovaram cortes aos professores

que há professores passando necessidade. Há professores em hospital por conta de problemas de saúde ocasionados pela contrariedade com a prefeitura. São pais e mães de família lutando para não perder os seus direitos. Não pense a prefeitura que iremos ceder. Não há possibilidade nenhuma dos professores retorna-

rem para as salas de aula. A não ser que a prefeita e seu esposo, secretário, repensem esse autoritarismo com o qual estão agindo, convide a comissão de síntese para dialogar e atenda as nossas reivindicações. Se não estamos na sala de aula, a culpa é da prefeitura", revela professor Francisco.